

EDITAL SISTEMATIZADO – PGM-MANAUS – 2017

DIREITO ADMINISTRATIVO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	D	R I	LEI	R II
1 Introdução ao direito administrativo.				
1.1 Origem e objeto do direito administrativo.				
1.2 Os diferentes critérios adotados para a conceituação do direito administrativo.				
1.3 Fontes do direito administrativo.				
1.4 Sistemas administrativos: sistema inglês, sistema francês e sistema adotado no Brasil.				
2 Administração pública.				
2.1 Administração pública em sentido amplo e em sentido estrito.				
2.2 Administração pública em sentido objetivo e em sentido subjetivo.				
2.3 Princípios expressos e implícitos da administração pública.				
2.4 Administração pública na Constituição Federal.				
3 Regime jurídico administrativo.				
3.1 Conceito.				
3.2 Supremacia do interesse público sobre o privado e indisponibilidade do interesse público.				
4 Organização administrativa.				
4.1 Centralização, descentralização, concentração e desconcentração.				
4.2 Administração direta.				
4.2.1 Conceito.				

4.2.2 Órgão público: conceito; teorias sobre as relações do Estado com os agentes públicos; características; e classificação.				
4.3 Administração indireta. 4.3.1 Conceito. 4.3.2 Autarquias. 4.3.3 Agências reguladoras. 4.3.4 Agências executivas. 4.3.5 Fundações públicas. 4.3.6 Empresas públicas. 4.3.7 Sociedades de economia mista. 4.3.8 Consórcios públicos.				
4.4 Serviços sociais autônomos; entidades de apoio; organizações sociais; organizações da sociedade civil de interesse público.				
5 Atos administrativos. 5.1 Conceito.				
5.2 Fatos da administração, atos da administração e atos administrativos.				
5.3 Requisitos ou elementos.				
5.4 Atributos.				
5.5 Classificação.				
5.6 Atos administrativos em espécie.				
5.7 O silêncio no direito administrativo.				
5.8 Extinção dos atos administrativos: revogação, anulação e cassação.				
5.9 Convalidação.				
5.10 Vinculação e discricionariedade.				
5.11 Atos administrativos nulos, anuláveis e inexistentes.				

5.12 Decadência administrativa.				
6 Processo administrativo.				
6.1 Lei nº 9.784/1999.				
6.2 Disposições doutrinárias aplicáveis.				
6.3 Lei nº 1.997/2015 (Regula o Processo Administrativo no âmbito do Município de Manaus).				
7 Poderes e deveres da administração pública.				
7.1 Poder regulamentar.				
7.2 Poder hierárquico.				
7.3 Poder disciplinar.				
7.4 Poder de polícia.				
7.5 Dever de agir.				
7.6 Dever de eficiência.				
7.7 Dever de probidade.				
7.8 Dever de prestação de contas.				
7.9 Abuso do poder.				
8 Serviços públicos.				
8.1 Legislação pertinente.				
8.1.1 Lei nº 8.987/1995, e suas alterações.				
8.1.2 Lei nº 11.079/2004, e suas alterações (parceria público-privada).				
8.1.3 Parcerias entre a Administração Pública e organizações da sociedade civil. Lei Federal nº 13.019/2014, e suas alterações.				
8.2 Disposições doutrinárias.				
8.2.1 Conceito.				

<p>8.2.2 Elementos constitutivos.</p> <p>8.2.3 Formas de prestação e meios de execução.</p> <p>8.2.4 Delegação: concessão, permissão e autorização.</p> <p>8.2.5 Classificação.</p> <p>8.2.6 Princípios.</p> <p>8.2.7 Remuneração.</p> <p>8.2.8 Usuários.</p>				
<p>8.3 Participação, proteção e defesa dos direitos dos usuários de serviços públicos. Lei Federal nº 13.460/2017.</p> <p>O papel das ouvidorias.</p>				
<p>9 Intervenção do Estado na propriedade.</p> <p>9.1 Conceito.</p>				
<p>9.2 Fundamento.</p>				
<p>9.3 Modalidades.</p> <p>9.3.1 Limitação administrativa.</p> <p>9.3.2 Servidão administrativa.</p> <p>9.3.3 Ocupação temporária.</p> <p>9.3.4 Requisição administrativa.</p> <p>9.3.5 Tombamento.</p> <p>9.3.6 Desapropriação.</p>				
<p>10 Licitações.</p>				
<p>10.1 Legislação pertinente.</p> <p>10.1.1 Lei nº 8.666/1993, e suas alterações.</p> <p>10.1.2 Lei nº 10.520/2002 e demais disposições normativas relativas ao pregão.</p> <p>10.1.3 Decreto nº 7.892/2013 (Sistema de Registro de Preços).</p> <p>10.1.4 Lei nº 12.462/2011 (Regime Diferenciado de Contratações Públicas).</p> <p>10.1.5 Fundamentos constitucionais.</p>				
<p>10.2 Disposições doutrinárias.</p> <p>10.2.1 Conceito.</p> <p>10.2.2 Objeto e finalidade.</p>				

10.2.3 Destinatários.				
10.2.4 Princípios.				
10.2.5 Contratação direta: dispensa e inexigibilidade.				
10.2.6 Modalidades.				
10.2.7 Tipos.				
10.2.8 Procedimento.				
10.2.9 Anulação e revogação.				
10.2.10 Sanções administrativas.				
11 Contratos administrativos.				
11.1 Responsabilidade contratual.				
11.2 Legislação pertinente.				
11.2.1 Lei nº 8.666/1993, e suas alterações.				
11.2.2 Lei nº 11.107/2005 e Decreto nº 6.017/2007 (consórcios públicos).				
11.3 Disposições doutrinárias.				
11.3.1 Conceito.				
11.3.2 Características.				
11.3.3 Vigência.				
11.3.4 Alterações contratuais.				
11.3.5 Execução, inexecução e rescisão.				
11.3.6 Convênios e instrumentos congêneres.				
11.3.7 Consórcios públicos.				
12 Controle da administração pública.				
12.1 Conceito.				
12.2 Controle exercido pela administração pública.				
12.3 Controle legislativo.				
12.4 Controle judicial.				
12.5 Controle da Administração Pública pelo Tribunal de Contas. Controle Social. Limites e perspectivas do controle.				
13 Improbidade administrativa.				
13.1 Lei nº 8.429/1992.				

13.2 Disposições doutrinárias aplicáveis.				
14 Agentes públicos.				
14.1 Disposições constitucionais aplicáveis.				
14.2 Disposições doutrinárias.				
14.2.1 Conceito.				
14.2.2 Espécies.				
14.2.3 Cargo, emprego e função pública.				
14.2.4 Provimento.				
14.2.5 Vacância.				
14.2.6 Efetividade, estabilidade e vitaliciedade.				
14.2.7 Remuneração.				
14.2.8 Direitos e deveres.				
14.2.9 Responsabilidade.				
14.2.10 Processo administrativo disciplinar.				
14.2.11 Regime de previdência.				
15 Bens públicos.				
15.1 Conceito.				
15.2 Classificação.				
15.3 Características.				
15.4 Espécies.				
15.5 Afetação e desafetação.				
15.6 Aquisição e alienação.				
15.7 Uso dos bens públicos por particular.				
16 Responsabilidade civil do Estado.				
16.1 Evolução histórica.				
16.2 Teorias subjetivas e objetivas da responsabilidade patrimonial do Estado.				
16.3 Responsabilidade por ato comissivo do Estado.				

16.4 Responsabilidade por omissão do Estado.				
16.5 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado.				
16.6 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado.				
16.7 Reparação do dano.				
16.8 Direito de regresso.				
16.9 Responsabilidade primária e subsidiária.				
16.10 Responsabilidade do Estado por atos legislativos.				
16.11 Responsabilidade do Estado por atos judiciais.				
17 Jurisprudência dos tribunais superiores.				

DIREITO CONSTITUCIONAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	D	RI	LEI	RII
1 Constituição.				
1.1 Conceito, objeto, elementos e classificações.				
1.2 Supremacia da Constituição.				
1.3 Aplicabilidade das normas constitucionais.				
1.4 Interpretação das normas constitucionais.				
2 Poder constituinte.				
2.1 Características.				

2.2 Poder constituinte originário.				
2.3 Poder constituinte derivado.				
3 Princípios fundamentais.				
4 Direitos e garantias fundamentais.				
4.1 Direitos e deveres individuais e coletivos.				
4.2 Habeas corpus, mandado de segurança, mandado de injunção e habeas data.				
4.3 Direitos sociais.				
4.4 Direitos políticos.				
4.5 Partidos políticos.				
5 Organização do Estado.				
5.1 Organização político-administrativa.				
5.2 Estado federal brasileiro.				
5.3 A União.				
5.4 Estados federados.				
5.5 Municípios.				
5.6 O Distrito Federal.				
5.7 Territórios.				
5.8 Intervenção federal.				
5.9 Intervenção dos estados nos municípios.				
6 Administração pública.				
6.1 Disposições gerais.				

6.2 Servidores públicos.				
7 Organização dos poderes no Estado.				
7.1 Mecanismos de freios e contrapesos.				
7.2 Poder Legislativo.				
7.3 Poder Executivo.				
7.4 Poder Judiciário.				
7.4.1 Regime de Precatórios.				
8 Funções essenciais à Justiça.				
8.1 Ministério Público.				
8.2 Advocacia Pública.				
8.3 Advocacia e Defensoria Pública.				
9 Controle da constitucionalidade.				
9.1 Sistemas gerais e sistema brasileiro.				
9.2 Controle incidental ou concreto.				
9.3 Controle abstrato de constitucionalidade.				
9.4 Exame in abstractu da constitucionalidade de proposições legislativas.				
9.5 Ação declaratória de constitucionalidade.				
9.6 Ação direta de inconstitucionalidade.				
9.7 Arguição de descumprimento de preceito fundamental.				
9.8 Ação direta de inconstitucionalidade por omissão.				
9.9 Ação direta de inconstitucionalidade interventiva.				

9.10 Controle concreto e abstrato de constitucionalidade do direito municipal.				
10 Defesa do Estado e das instituições democráticas.				
11 Sistema Tributário Nacional. 11.1 Princípios gerais.				
11.2 Limitações do poder de tributar.				
11.3 Impostos da União, dos Estados e dos municípios.				
11.4 Repartição das receitas tributárias.				
12 Finanças públicas. 12.1 Normas gerais.				
12.2 Orçamentos.				
13 Ordem econômica e financeira. 13.1 Princípios gerais da atividade econômica.				
13.2 Política urbana, agrícola e fundiária e reforma agrária.				
14 Sistema Financeiro Nacional.				
15 Ordem social.				
16 Jurisprudência dos tribunais superiores.				

DIREITO CIVIL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	D	R I	LEI	R II
1 Lei de introdução às normas do direito brasileiro. 1.1 Vigência, aplicação, obrigatoriedade, interpretação e integração das leis.				

1.2 Aplicação das leis no tempo.				
1.3 Aplicação das leis no espaço.				
2 Pessoas naturais.				
2.1 Conceito.				
2.2 Início da personalidade.				
2.3 Personalidade.				
2.4 Capacidade.				
2.5 Direitos da personalidade.				
2.6 Nome civil.				
2.7 Estado civil.				
2.8 Domicílio.				
2.9 Ausência.				
3 Pessoas jurídicas.				
3.1 Disposições Gerais.				
3.2 Conceito e elementos caracterizadores.				
3.3 Constituição.				
3.4 Extinção.				
3.5 Capacidade e direitos da personalidade.				
3.6 Domicílio.				
3.7 Sociedades de fato.				

3.8 Associações.				
3.9 Fundações.				
3.10 Grupos despersonalizados.				
3.11 Desconsideração da personalidade jurídica.				
3.12 Responsabilidade da pessoa jurídica e dos sócios.				
4 Bens.				
4.1 Diferentes classes.				
4.2 Bens Corpóreos e incorpóreos.				
4.3 Bens no comércio e fora do comércio.				
5 Fato jurídico.				
6 Negócio jurídico.				
6.1 Disposições gerais.				
6.2 Elementos.				
6.3 Representação.				
6.4 Condição, termo e encargo.				
6.5 Defeitos do negócio jurídico.				
6.6 Existência, eficácia, validade, invalidade e nulidade do negócio jurídico.				
6.7 Simulação.				
7 Atos jurídicos lícitos e ilícitos.				
8 Prescrição e decadência.				

9 Prova do fato jurídico.				
10 Obrigações.				
10.1 Elementos.				
10.2 Princípios.				
10.3 Boa-fé.				
10.4 Obrigação complexa (a obrigação como um processo).				
10.5 Obrigações de dar.				
10.6 Obrigações de fazer e de não fazer.				
10.7 Obrigações alternativas e facultativas.				
10.8 Obrigações divisíveis e indivisíveis.				
10.9 Obrigações solidárias.				
10.10 Obrigações civis e naturais, de meio, de resultado e de garantia.				
10.11 Obrigações de execução instantânea, diferida e continuada.				
10.12 Obrigações puras e simples, condicionais, a termo e modais.				
10.13 Obrigações líquidas e ilíquidas.				
10.14 Obrigações principais e acessórias.				
10.15 Transmissão das obrigações.				
10.16 Adimplemento e extinção das obrigações.				
10.17 Inadimplemento das obrigações.				
11 Contratos.				

11.1 Princípios.				
11.2 Contratos em geral.				
11.3 Disposições gerais.				
11.4 Interpretação.				
11.5 Extinção.				
11.6 Espécies de contratos regulados no Código Civil.				
12 Atos unilaterais.				
13 Responsabilidade civil.				
14 Preferências e privilégios creditórios.				
15 Posse.				
16 Direitos reais.				
16.1 Disposições gerais.				
16.2 Propriedade.				
16.3 Superfície.				
16.4 Servidões.				
16.5 Usufruto.				
16.6 Uso.				
16.7 Habitação.				
16.8 Direito do promitente comprador.				
17 Direitos reais de garantia.				
17.1 Características.				

17.2 Princípios.				
17.3 Penhor, hipoteca e anticrese.				
18 Direito das sucessões.				
18.1 Sucessão em geral.				
18.2 Sucessão legítima.				
18.3 Sucessão testamentária.				
18.4 Inventário e partilha.				
19 Lei nº 8.078/1990, e suas alterações (Direito das relações de consumo).				
19.1 Consumidor.				
19.2 Direitos do consumidor.				
9.3 Fornecedor, produto e serviço.				
19.4 Qualidade de produtos e serviços, prevenção e reparação dos danos.				
19.5 Práticas comerciais.				
19.6 Proteção contratual.				
20 Lei nº 6.766/1979, e suas alterações (Parcelamento do solo urbano).				
21 Lei nº 6.015/1973 (Registros Públicos).				
21.1 Noções gerais, registros, presunção de fé pública, prioridade, especialidade, legalidade, continuidade, transcrição, inscrição e averbação.				
21.2 Procedimento de dúvida.				
22 Lei nº 10.741/2003, e suas alterações (Estatuto do Idoso).				

23 Lei nº 8.245/1991, e suas alterações (Locação de imóveis urbanos).				
23.1 Disposições gerais, locação em geral, sublocações, aluguel, deveres do locador e do locatário, direito de preferência, benfeitorias, garantias locatícias, penalidades civis, nulidades, locação residencial, locação para temporada, locação não residencial.				
24 Direitos autorais.				
25 Lei nº 8.069/1990, e suas alterações (Estatuto da Criança e do Adolescente).				
25.1 Disposições preliminares, direitos fundamentais, prevenção.				
26 Jurisprudência dos tribunais superiores.				

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	D	R I	LEI	R II
1 Lei nº 13.105/2015 – Novo Código de Processo Civil.				
2 Normas processuais civis.				
3 Jurisdição.				
4 Ação.				
4.1 Conceito, natureza, elementos e características.				
4.2 Condições da ação.				
4.3 Classificação.				
5 Pressupostos processuais.				

6 Preclusão.				
7 Sujeitos do processo.				
7.1 Capacidade processual e postulatória.				
7.2 Deveres das partes e procuradores.				
7.3 Procuradores.				
7.4 Sucessão das partes e dos procuradores.				
8 Litisconsórcio.				
9 Intervenção de terceiros.				
10 Poderes, deveres e responsabilidade do juiz.				
11 Ministério Público.				
12 Advocacia Pública.				
13 Defensoria pública.				
14 Atos processuais.				
14.1 Forma dos atos.				
14.2 Tempo e lugar.				
14.3 Prazos.				
14.4 Comunicação dos atos processuais.				
14.5 Nulidades.				
14.6 Distribuição e registro.				
14.7 Valor da causa.				

15 Tutela provisória.				
16 Formação, suspensão e extinção do processo.				
17 Processo de conhecimento e do cumprimento de sentença.				
17.1 Procedimento comum.				
17.2 Disposições Gerais.				
17.3 Petição inicial.				
17.4 Improcedência liminar do pedido.				
17.5 Audiência de conciliação ou de mediação.				
17.6 Contestação, reconvenção e revelia.				
17.7 Audiência de instrução e julgamento.				
17.8 Providências preliminares e de saneamento.				
17.9 Julgamento conforme o estado do processo.				
17.10 Provas.				
17.11 Sentença e coisa julgada.				
17.12 Cumprimento da sentença.				
18 Procedimentos Especiais.				
19 Procedimentos de jurisdição voluntária.				
20 Processos de execução.				
21 Processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais.				

22 Livro Complementar.				
23 Disposições finais e transitórias.				
24 Mandado de segurança.				
25 Ação popular.				
26 Ação civil pública.				
27 Ação de improbidade administrativa.				
28 Reclamação constitucional.				
29 Lei nº 9.099/1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais).				
30 Lei nº 12.153/2009 (Lei dos Juizados Especiais da Fazenda Pública).				
31 Jurisprudência dos tribunais superiores.				

DIREITO AMBIENTAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	D	R I	LEI	R II
1 Direito ambiental constitucional.				
1.1 Meio ambiente como direito fundamental.				
1.2 Princípios estruturantes do estado de direito ambiental.				
1.3 Competências ambientais legislativa e material.				
1.4 Deveres ambientais.				

1.5 Instrumentos jurisdicionais. 1.5.1 Ação civil pública, ação penal pública, mandado de segurança individual e coletivo, ação popular, mandado de injunção ambiental.				
1.6 Função ambiental pública e privada.				
1.7 Função social da propriedade.				
1.8 Art. 225 da Constituição Federal de 1988.				
2 Conceito de meio ambiente e seus aspectos.				
3 Princípios de direito ambiental. 3.1 Prevenção, precaução, poluidor-pagador e usuário-pagador, cooperação, informação, participação, equidade intergeracional.				
3.2 Princípios da tutela do patrimônio cultural. 3.2.1 Cooperação, solidariedade, participação e informação, preservação do sítio e proteção do entorno, uso compatível com a natureza do bem, pró-monumento, valorização sustentável.				
4 Política Nacional de Meio Ambiente. 4.1 Objetivos.				
4.2 Instrumentos de proteção (técnicos e econômicos).				
4.3 SISNAMA: estrutura e funcionamento.				
4.4 Lei nº 6.938/1981, e suas alterações.				
4.5 Decreto nº 99.274/1990.				
4.6 Resolução do CONAMA nº 1/1986, e suas alterações (Relatório de Impacto Ambiental - EIARIMA).				
4.7 Resolução do CONAMA nº 237/1997 (Licenciamento Ambiental).				
4.8 Resolução do CONAMA nº 378/2006, e suas alterações (empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental nacional ou regional).				

5 Recursos hídricos.				
5.1 Lei nº 9.433/1997, e suas alterações (Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos).				
5.2 Resolução do CNRH nº 16/2001.				
5.3 Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH).				
6 Recursos florestais.				
6.1 Lei nº 12.651/2012, e suas alterações.				
6.2 Resoluções do CONAMA nº 302/2002 e 303/2002, e suas alterações.				
6.3 Lei nº 11.284/2006, e suas alterações (Gestão de florestas públicas).				
6.3.1 Significado de gestão e de concessão florestal.				
7 Espaços territoriais especialmente protegidos.				
7.1 Áreas de preservação permanente e reserva legal.				
7.2 Lei nº 9.985/2000 (SNUC).				
7.2.1 Tipos de unidades, objetivos e categorias.				
8 Política urbana.				
8.1 Diretrizes, instrumentos e competência.				
8.2 Artigos 182 e 183 da Constituição Federal.				
8.3 Lei nº 10.257/2001.				
9 Responsabilidades.				
9.1 Efeito, impacto e dano ambiental.				
9.2 Poluição.				
9.3 Responsabilidade administrativa, civil e penal.				
9.4 Tutela processual.				
9.4.1 STF, STJ e tribunais de justiça estaduais.				
9.5 Crimes ambientais: espécies e sanções penais previstas.				

9.6 Lei nº 9.605/1998, e suas alterações.				
9.7 Decreto nº 6.514/2008.				
10 Jurisprudência dos tribunais superiores.				

DIREITO DO TRABALHO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	D	RI	LEI	RII
1 Princípios e fontes do direito do trabalho.				
2 Direitos constitucionais dos trabalhadores (Art. 7º da Constituição Federal de 1988).				
3 Relação de trabalho e relação de emprego. 3.1 Requisitos e distinção.				
3.2 Relações de trabalho lato sensu (trabalho autônomo, eventual, temporário e avulso).				
4 Sujeitos do contrato de trabalho stricto sensu. 4.1 Empregado e empregador (conceito e caracterização).				
4.2 Poderes do empregador no contrato de trabalho.				
5 Grupo econômico. 5.1 Sucessão de empregadores.				
5.2 Responsabilidade solidária.				
6 Contrato individual de trabalho. 6.1 Conceito, classificação e características.				

7 Alteração do contrato de trabalho. 7.1 Alteração unilateral e bilateral.				
7.2 O jus variandi.				
8 Suspensão e interrupção do contrato de trabalho. 8.1 Caracterização e distinção.				
9 Rescisão do contrato de trabalho. 9.1 Justa causa.				
9.2 Rescisão indireta.				
9.3 Dispensa arbitrária.				
9.4 Culpa recíproca.				
9.5 Indenização.				
10 Aviso prévio.				
11 Estabilidade e garantias provisórias de emprego. 11.1 Formas de estabilidade.				
11.2 Despedida e reintegração de empregado estável.				
12 Duração do trabalho. 12.1 Jornada de trabalho.				
12.2 Períodos de descanso.				
12.3 Intervalo para repouso e alimentação.				
12.4 Descanso semanal remunerado.				
12.5 Trabalho noturno e trabalho extraordinário.				

12.6 Sistema de compensação de horas.				
13 Férias.				
13.1 Direito a férias e sua duração.				
13.2 Concessão e época das férias.				
13.3 Remuneração e abono de férias.				
14 Salário e remuneração.				
14.1 Conceito e distinções.				
14.2 Composição do salário.				
14.3 Modalidades de salário.				
14.4 Formas e meios de pagamento do salário.				
14.5 13º salário.				
15 Salário-mínimo.				
15.1 Irredutibilidade e garantia.				
16 Equiparação salarial.				
16.1 Princípio da igualdade de salário.				
16.2 Desvio de função.				
17 FGTS.				
18 Prescrição e decadência.				
19 Segurança e medicina no trabalho.				
19.1 CIPA.				
19.2 Atividades insalubres ou perigosas.				

20 Proteção ao trabalho do menor.				
21 Proteção ao trabalho da mulher.				
21.1 Estabilidade da gestante.				
21.2 Licença maternidade.				
22 Direito coletivo do trabalho.				
22.1 Convenção nº 87 da OIT (liberdade sindical).				
22.2 Organização sindical.				
22.3 Conceito de categoria.				
22.4 Categoria diferenciada.				
22.5 Convenções e acordos coletivos de trabalho.				
23 Direito de greve e serviços essenciais.				
24 Comissões de conciliação prévia.				
25 Renúncia e transação.				
26 Jurisprudência dos tribunais superiores.				

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	D	R I	LEI	R II
1 Procedimentos nos dissídios individuais.				
1.1 Reclamação.				

1.2 Jus postulandi.				
1.3 Revelia.				
1.4 Exceções.				
1.5 Contestação.				
1.6 Reconvenção.				
1.7 Partes e procuradores.				
1.8 Audiência.				
1.9 Conciliação.				
1.10 Instrução e julgamento.				
1.11 Justiça gratuita.				
2 Provas no processo do trabalho.				
2.1 Interrogatórios.				
2.2 Confissão e consequências.				
2.3 Documentos.				
2.4 Oportunidade de juntada.				
2.5 Prova técnica.				
2.6 Sistemática da realização das perícias.				
2.7 Testemunhas.				
3 Recursos no processo do trabalho.				
3.1 Disposições gerais.				
3.1.1 Efeitos suspensivo e devolutivo.				

3.1.2 Recursos no processo de cognição.				
3.1.3 Recursos no processo de execução.				
4 Processos de execução.				
4.1 Liquidação.				
4.2 Modalidades da execução.				
4.3 Embargos do executado - impugnação do exequente.				
5 Prescrição e decadência no processo do trabalho.				
6 Competência da justiça do trabalho.				
7 Rito sumaríssimo no dissídio individual.				
8 Comissão prévia de conciliação nos dissídios individuais.				
9 Ação rescisória no processo do trabalho.				
10 Mandado de segurança.				
10.1 Cabimento no processo do trabalho.				
11 Dissídios coletivos.				
12 Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho.				
12.1 Súmulas e orientações jurisprudenciais.				

DIREITO FINANCEIRO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	D	R I	LEI	R II
1 Direito financeiro.				
1.1 Conceito e objeto.				

1.2 Direito financeiro na Constituição Federal de 1988.				
2 Orçamento público.				
2.1 Conceito, espécies e natureza jurídica.				
2.2 Princípios orçamentários.				
2.3 Leis orçamentárias.				
2.3.1 Espécies e tramitação legislativa.				
2.4 Lei nº 4.320/1964, e suas alterações.				
2.5 Fiscalização financeira e orçamentária.				
3 Despesa pública.				
3.1 Conceito e classificação de despesa pública.				
3.2 Disciplina constitucional dos precatórios.				
4 Receita pública.				
4.1 Conceito, ingresso e receitas.				
4.2 Classificação das receitas públicas.				
5 Lei de responsabilidade fiscal.				
5.1 Planejamento.				
5.2 Transferências voluntárias.				
5.3 Destinação de recursos públicos para o setor privado.				
5.4 Dívida e endividamento.				
5.5 Gestão patrimonial.				
5.6 Transparência, controle e fiscalização.				
5.7 Disposições preliminares, finais e transitórias.				
6 Crédito público.				
6.1 Conceito e classificação de crédito público.				

6.2 Natureza jurídica.				
6.3 Controle, fiscalização e prestação de contas.				
6.4 Empréstimos públicos: classificação, fases, condições, garantias, amortização e conversão.				
7 Dívida pública.				
8 Jurisprudência dos tribunais superiores.				

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	D	R I	LEI	R II
1 Seguridade social.				
1.1 Organização e princípios.				
2 Custeio da seguridade social.				
2.1 Receitas, contribuições sociais, salário-de-contribuição.				
3 Regime geral de previdência social.				
3.1 Segurados e dependentes.				
3.2 Filiação e inscrição.				
3.3 Carência.				
3.4 Espécies de benefícios e prestações, disposições gerais e específicas.				
3.5 Salário-de-benefício.				
3.6 Renda mensal inicial.				
3.7 Reajustamento e revisão.				

3.8 Prescrição e decadência.				
3.9 Acumulação de benefícios.				
3.10 Justificação.				
3.11 Ações judiciais em matéria previdenciária.				
3.12 Acidente de trabalho.				
4 Regime próprio de previdência dos servidores públicos.				
5 Contagem recíproca de tempo de contribuição e compensação financeira.				
6 Previdência complementar.				
7 Jurisprudência dos tribunais superiores.				

DIREITO TRIBUTÁRIO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	D	R I	LEI	R II
1 Sistema Tributário Nacional.				
1.1 Princípios do direito tributário.				
1.2 Limitações do poder de tributar.				
1.3 Repartição das receitas tributárias.				
2 Tributo.				
2.1 Conceito.				
2.2 Natureza jurídica.				
2.3 Espécies.				

2.4 Imposto.				
2.5 Taxa.				
2.6 Contribuição de melhoria.				
2.7 Empréstimo compulsório.				
2.8 Contribuições.				
3 Competência tributária.				
3.1 Classificação.				
3.2 Exercício da competência tributária.				
3.3 Capacidade tributária ativa.				
3.4 Imunidade tributária.				
3.5 Distinção entre imunidade, isenção e não incidência.				
3.6 Imunidades em espécie.				
4 Fontes do direito tributário.				
4.1 Constituição Federal.				
4.2 Leis complementares.				
4.3 Leis ordinárias e atos equivalentes.				
4.4 Tratados internacionais.				
4.5 Atos do poder executivo federal com força de lei material.				
4.6 Atos exclusivos do poder legislativo.				
4.7 Convênios.				

4.8 Decretos regulamentares.				
4.9 Normas complementares.				
5 Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária.				
6 Obrigação tributária.				
6.1 Obrigação principal e acessória.				
6.2 Fato gerador.				
6.3 Sujeito ativo.				
6.4 Sujeito passivo.				
6.5 Solidariedade.				
6.6 Capacidade tributária.				
6.7 Domicílio tributário.				
6.8 Responsabilidade tributária.				
6.9 Responsabilidade dos sucessores.				
6.10 Responsabilidade de terceiros.				
6.11 Responsabilidade por infrações.				
7 Crédito tributário.				
7.1 Constituição de crédito tributário.				
7.2 Lançamento.				
7.3 Modalidades de lançamento.				
7.4 Suspensão do crédito tributário.				

7.5 Extinção do crédito tributário.				
7.6 Exclusão de crédito tributário.				
7.7 Garantias e privilégios do crédito tributário.				
8 Administração tributária.				
8.1 Fiscalização.				
8.2 Dívida ativa.				
8.3 Certidões negativas.				
9 Impostos da União.				
9.1 Imposto sobre a importação de produtos estrangeiros.				
9.2 Imposto sobre a exportação de produtos nacionais ou nacionalizados.				
9.3 Imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza.				
9.4 Imposto sobre produtos industrializados.				
9.5 Imposto sobre operações de crédito, câmbio, seguro ou relativas a títulos e valores mobiliários.				
9.6 Imposto sobre a propriedade territorial rural.				
9.7 Imposto sobre grandes fortunas				
10 Impostos dos estados e do Distrito Federal.				
10.1 Imposto sobre transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos.				
10.2 Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.				
10.3 Imposto sobre propriedade de veículos automotores.				

11 Impostos dos municípios.				
11.1 Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana. Imposto sobre serviços de qualquer natureza.				
11.2 Imposto sobre transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.				
11.3 Imposto sobre serviços de qualquer natureza.				
12 Processo administrativo tributário.				
12.1 Princípios básicos.				
12.2 Acepções e espécies.				
12.3 Determinação e exigência do crédito tributário.				
12.4 Representação fiscal para fins penais.				
12.5 Delegacias da Receita Federal de Julgamento.				
12.6 Conselhos de contribuintes.				
12.7 Câmara Superior de Recursos Fiscais.				
13 Processo judicial tributário.				
13.1 Ação de execução fiscal.				
13.2 Lei nº 6.830/1980 (Execução Fiscal).				
13.3 Ação cautelar fiscal.				
13.4 Ação declaratória da inexistência de relação jurídico tributária.				
13.5 Ação anulatória de débito fiscal.				
13.6 Mandado de segurança.				
13.7 Ação de repetição de indébito.				

13.8 Ação de consignação em pagamento.				
13.9 Ações de controle de constitucionalidade.				
13.10 Ação civil pública.				
14 Lei Complementar nº 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), e suas alterações.				
15 Lei Complementar nº 116/2003, e suas alterações (dispõe sobre o ISSQN).				
16 Lei nº 1.628/2011, e suas alterações (dispõe sobre o IPTU no Município de Manaus).				
17 Ilícito tributário.				
17.1 Ilícito administrativo tributário.				
17.2 Ilícito penal tributário.				
17.3 Crimes contra a ordem tributária.				
17.4 Lei nº 8.137/1990, e suas alterações.				
18 Jurisprudência dos tribunais superiores.				

DIREITO MUNICIPAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	D	R I	LEI	R II
1 Organização municipal brasileira: o município na Constituição de 1988; Lei Orgânica do Município de Manaus.				
2 Autonomia municipal.				
3 Intervenção do Estado no Município.				

4 Município: governo, competência e responsabilidade.				
5 Finanças municipais: tributos e outras receitas municipais. Orçamento (normas orçamentárias da Lei Orgânica do Município de Manaus).				
6 Bens municipais: conceito e classificação. Administração. Uso. Aquisição e alienação.				
7 Serviços e obras municipais: serviços públicos, obras públicas e formas e meios de execução.				
8 Poder de polícia do Município.				
9 Poderes constituídos do Município. 9.1 Executivo: atribuições e responsabilidade do prefeito municipal.				
10 Servidores Públicos Municipais.				
11 Procuradoria Geral do Município. 11.1 Lei municipal nº 1.015/2006, e suas alterações (Lei da Procuradoria Geral do Município).				